

## DESINFORMAÇÃO, VERDADE E PÓS-VERDADE: reflexões epistemológicas e contribuições de Piaget

**Mariana Rodrigues Gomes de Mello<sup>1</sup>**

Universidade Estadual Paulista  
mariana.rg.mello@unesp.br

**Daniel Martínez-Ávila<sup>2</sup>**

Universidade Estadual Paulista  
martinez.avila@unesp.br

---

### Resumo

A partir do conceito de verdade no decurso da Teoria do Conhecimento, do contexto da pós-verdade e das reflexões de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo, objetiva-se criar um espaço pra reflexão de como os criterios sobre verdade foram construídos historicamente, e inter-relacioná-los com elementos da pós-verdade e da desinformação. Metodologicamente, trata-se uma pesquisa bibliográfica. O caráter exploratório se dá justamente com o paralelo entre a temática e as fases do desenvolvimento cognitivo em Piaget. Por meio de uma reflexão histórico-epistemológica do conceito de verdade, percebeu-se que é problemático se pensar em critérios absolutos de verdade. Porém, há informações que estão mais próximas destes critérios do que outras. Isso depende da fonte, do propósito, conhecimento e principalmente da ética de quem escreve. Ademais, percebeu-se que adultos que não tiveram acesso ao processo de educação adequado tendem a acreditar mais em *fake news*.

**Palavras-chave:** Verdade. Pós-Verdade. Desinformação. Desenvolvimento Cognitivo em Piaget.

### DISINFORMATION, TRUTH AND POST-TRUTH epistemological reflections and contributions by Piaget

#### Abstract

From the concept of truth in the course of the Theory of Knowledge; from the context of post-truth and Piaget's reflections on cognitive development, the objective is to create a space for reflection on how the truth criteria were historically constructed and to interrelate them with elements of post-truth and that of disinformation. Methodologically, it is a bibliographic search. The exploratory character occurs precisely with the parallel between the theme and as phases of cognitive development in Piaget. Through a historical-epistemological reflection of the concept of truth, it is conceived that it is problematic to think about absolute criteria of truth. However, there is information that is closer to this criterion than others. This depends on the source, the purpose, knowledge and especially the ethics of those who demanded it. Furthermore, it is unnecessary that adults who do not have access to the proper education process tend to believe false news more.

**Keywords:** Truth. Post-Truth. Disinformation. Cognitive Development in Piaget.

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciada em Filosofia. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Público com capacitação para o Ensino Superior. Mestre em Ciência da Informação. Doutoranda em Ciência da Informação (UNESP)

<sup>2</sup> Doutor na Universidade Carlos III de Madrid. Professor Permanente no PPGCI da Universidade Estadual Paulista. Graduado em Biblioteconomia. Licenciado em Documentação. Mestre em Investigação em Documentação. Doutor em Documentação pela Carlos III de Madrid.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

## 1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) traz em seu âmago um caráter interdisciplinar que é dinâmico (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2018), fato que propicia o diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como a Linguística, a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia, a Ciência da Computação, a Administração, a Biologia, entre outras. Na visão de Araújo (2014, p.14): “Na produção do conhecimento, a consciência deve atuar de forma reflexiva. A informação é o objeto que move a consciência na produção de conhecimento.”

Aliando a interdisciplinaridade dinâmica da CI arguida por Martínez-Ávila (2018), à concepção geral de conhecimento, percebe-se que ele também não é estático, pois se fosse, não seria possível novas reflexões e inter-relações. Por vezes, o conhecimento esteve mais aliado à Filosofia, outras, tido como crença racionalmente justificada, sinônimo de Ciência. Na Pós-Modernidade as “certezas” científicas são questionadas, mesmo algumas matemáticas. O cientificismo da Idade Moderna que almejava explicar tudo pela via racional, instituindo o absolutismo científico, não consegue mais responder aos questionamentos e fenômenos que envolvem a vida do sujeito pós-moderno. Abre-se a possibilidade para as incertezas, as quebras de paradigmas instituídos, o convívio entre distintas correntes de pensamentos, teorias, vertentes, multiculturalismo, instabilidade de valores em todos os campos e vulnerabilidade (MORIN, 2008).

Não há respostas eternas e nem condições de se vislumbrar tal possibilidade, mediante a ausência de garantias. Neste sentido, Habermas, na acepção de Japiassu e Marcondes (2005), denomina a Pós-Modernidade como “projeto da modernidade”, algo que não está findado, mas em constante construção, e através da valorização da razão crítica é que o sujeito poderá se livrar das amarras ideológicas do poder político-econômico, que está por trás, de muitas desinformações instituídas. Diante disso, Lyotard introduz a ideia da condição pós-moderna como uma “[...] necessidade de superação da modernidade, sobretudo na crença absoluta na Ciência [...]” (JAPIASSU; MARCONDES, 2005, p.190).

Neste contexto de incertezas, há um lado positivo, justamente na possibilidade do desenvolvimento do espírito crítico e na viabilidade do exercício do direito de escolha, diante de tantas informações, teorias e posicionamentos. Porém, existe a esfera problemática, quando não se tem capacidade de reflexão e análise suficientes pra não se deixar levar pelas falsas notícias ou interpretações. Muitas vezes as crenças pessoais, fundamentadas em aspectos morais e costumeiros, aderem à uma desinformação. Parece que a pessoa ouve ou lê uma notícia

que vem de encontro justamente ao que almejava, casando-se perfeitamente às suas crenças e/ou preconceitos.

Posto isto, o problema de pesquisa parte da seguinte questão: o que pode levar certas pessoas a acreditarem mais em uma desinformação, motivadas por crenças pessoais, do que em uma informação baseada em critérios de cunho científico, por exemplo? Objetiva-se criar lugar pra reflexão de como os critérios verdade foram construídos historicamente e inter-relacioná-los com elementos da pós-verdade e da desinformação, evidenciando aspectos do desenvolvimento cognitivo em Piaget.

Metodologicamente, trata-se uma pesquisa bibliográfica, um percurso histórico-epistemológico a partir da revisão da literatura da CI e da Filosofia acerca do tema. O caráter exploratório se dá justamente com o paralelo entre a temática e as fases do desenvolvimento cognitivo em Piaget. Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória revela intuições, aperfeiçoa ideias, altera e constitui conceitos. A fim de responder à questão e objetivo deste estudo, partiu-se do conceito de verdade no decurso da Teoria do Conhecimento. Posteriormente, no contexto da pós-verdade, fez-se a revisão bibliográfica acerca de autores tanto da CI quanto da Filosofia que apresentam uma reflexão crítica, ao abordarem a nocividade do discurso da pós-verdade, bem como o que o envolve, como as *fake news*. Por fim, ante a natureza exploratória da pesquisa, abriu-se espaço pra problematização e reflexão sobre o desenvolvimento cognitivo em Piaget e seus possíveis desdobramentos, ou influência na aceitação e propagação de notícias falsas por adultos.

No entendimento de Deleuze e Guatarri (2010, s.p), “[...] a Ciência constrói o estado de coisas com suas funções”. Da Filosofia com seus acontecimentos surgem conceitos por ela levantar problemas e colocá-los em discussão, mas não necessariamente os soluciona. Deleuze e Guatarri (2010), compreendem que a Filosofia cria conceitos por si só, fazendo valer a própria Filosofia do filósofo. Esses conceitos se movem dentro de um certo plano de imanência, isto é, o local habitado pelo conceito, sua base, que porém, não é fixo. O conceito é uma espécie de “ilha” – termo usado pelos próprios autores – e área de imanência seria a “água” que a toca. Todavia, essa “ilha” é móvel, podendo entrar em conexão com outros conceitos e domínios. Logo, é importante pensar nos problemas e conceitos filosóficos, além de um domínio próprio com suas peculiaridades, também enquanto suporte à Ciência, à medida que podem suscitar questões preliminares que no futuro poderão ser mais testadas, tornando-se científicas. Eis a justificativa de unir-se questões epistemológicas e CI neste trabalho.

## 2 A CONCEPÇÃO DE VERDADE NA HISTÓRIA

Na antiguidade grega, Parmênides de Eleia havia declarado o princípio da identidade ou verdade como sendo “[...] o ser é e não pode não ser; o não ser não é e não pode ser de modo algum” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 50). Em síntese: o ser é; o não ser não é. Parmênides defendia que pensar e ser eram a mesma coisa, pois não se pode pensar a partir do nada. Enquanto Parmênides, muitos séculos depois, vê-se representado na Idade Moderna com discurso de Descartes (2008), as reflexões acerca do devir de Heráclito servem de alicerce aos muitos filósofos posteriores ao período moderno, como Nietzsche, Sartre, Foucault, Derrida, Kuhn (MELLO, 2020). Na leitura que Japiassu e Marcondes (2005) fazem de Heráclito:

A substância única do cosmo é o poder espontâneo da mudança e se expressa pelo movimento. Tudo é movimento, tudo flui [...]. As coisas estão numa incessante mobilidade. E a verdade se encontra no devir e não no ser. Não nos banhamos duas vezes no mesmo rio, porque o rio é outro e nós já não somos os mesmos [...]. (JAPIASSU; MARCONDES, p.31).

Platão (2007) foi filósofo da Idade Antiga que mais tratou da questão da verdade. Para tanto, acreditava que havia dois mundos: o inteligível, onde estava a realidade, e o sensível, a cópia do mundo inteligível. O conhecimento verdadeiro agrega a ideia de bem, razão e Filosofia. Desse modo, para Platão, o conhecimento é teleológico a medida que há um fim nele mesmo, um sentido, que ultrapassa qualquer coisa presente do mundo empírico, concreto. Assim, a verdade é única e eterna, uma força capaz de salvar. Neste sentido, na interpretação que Reale e Antiseri faz do conceito de verdade em Platão “[...] e finalmente transparece constantemente a ideia da força salvífica de razão e da Filosofia, isto é, da busca e da visão da verdade que salva pra sempre” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 161).

Platão (2007) traça uma representação para explicar a dicotomia dos mundos e onde consta a verdade. Há um mundo sensível (a cópia imperfeita) e há o mundo ideal (chamado de Inteligível). Existe um artífice, que modela a cópia, conforme o modelo. “O mundo do inteligível (o modelo) é eterno, como eterno também é o Artífice (a inteligência)” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 142). O mundo sensível não é perfeito, porque os sentidos não são totalmente confiáveis, podendo enganar as pessoas. Segundo Platão, “[...] nenhuma coisa sensível é perfeitamente e absolutamente quadrada ou circular, ainda que possuamos noções de igual, de quadrado, de círculo absolutamente perfeitos” (REALE; ANTISERI, 1990, 147). Logo, conclui-se que existe certa discrepância entre dados da experiência e as noções que possuímos, pois elas contêm algo além dos dados da experiência.

Para Platão (2007), o bem está acima da essência das coisas, é um princípio incondicionado, absoluto que transcende a tudo. Esta ideia de bem está relacionada diretamente ao conhecimento, à justiça, à beleza e à racionalidade. Conhecer implica em recordar, esta é a noção de reminiscência em Platão. As pessoas possuem a ideia de algo em si, a essência, apenas presente no mundo inteligível. Exemplificando: se tem a ideia de um livro, todavia, é preciso ver um livro no plano sensível, onde se vive, a fim de recordar do objeto livro. Assim, o conhecimento, na acepção de Platão, é *a priori*, independente da experiência. Então, somente no mundo inteligível tudo é verdadeiro (MELLO, 2020).

Na ótica platônica, há duas fases do conhecimento que se desdobram, respectivamente, em outras duas, que vão da opinião à Ciência. A etapa da opinião (*doxa*) se divide em simples imaginação, conhecida como *eikasta* (simulacros e imagens) e a *pístis* (crença). A Ciência ou episteme, segunda fase, se desdobra em mais duas etapas: *dianóia* (raciocínio ou conhecimento matemático e geométrico) e *noesis*, ou seja, intuição pura, conhecimento dialético das ideias inatas. A *eikasta* e a *pístis* (que constituem a opinião) podem ser vislumbradas no mundo sensível, o simulacro do real, mundo empírico, cópia imperfeita do inteligível (o verdadeiro).

No entanto, a última etapa (*noesis*) só é possível ser concebida no mundo inteligível, isto é, das essências, das ideias inatas e racionais. Na fase intermediária da episteme, conhecida como *dianóia*, o conhecimento ainda é operado segundo dados concretos, visíveis, como as figuras geométricas. No último grau do conhecimento, *noesis*, tem-se a captação pura das ideias. E, a partir do princípio supremo e absoluto do bem advêm todas as ideias para Platão. Nesta etapa não cabem mais hipóteses, instaurando-se a verdade (PLATÃO, 2007).

Na Idade Média, Agostinho, grande leitor de Platão, retoma a questão da verdade. Agostinho (354-430) foi bispo de Hipona, uma cidade da província romana da África. Foi o maior representante da Patrística, uma corrente filosófico-teológica, inspirada nas Epístolas de São Paulo e no Evangelho de São João. Agostinho se debruçou muito em questões acerca da revelação e fé cristã (REZENDE, 2008). Dessa forma, verdade, em Agostinho, está imbricada à ideia de Revelação, ou seja, as pessoas só têm acesso ao conhecimento quando iluminadas por Deus.

Na Idade Moderna há o rompimento com a religião e o enfoque passa a ser a Ciência na busca de verdades, de provas, a vida não poderia mais buscar respostas na fé. Descartes (2008) torna-se um dos expoentes do período moderno ao promover o racionalismo cartesiano e a dúvida metódica. Objetivando recorrer à uma fonte confiável para o conhecimento, Descartes afirma que somente a razão incide em confiança, visto que os sentidos podem enganar, questões amplamente discutidas nas suas obras e em certos aspectos retomadas de Platão, como o

problema dos sentidos na busca da verdade. Fundamentado nesta ideia, Descartes propõe um método racional, denominado cartesiano que, segundo ele, conduziria as pessoas à verdade. Este método, serve-se do modelo da Matemática, haja vista que enquanto Descartes observa grandes discordâncias entre os filósofos no que tange às suas teorias, confirma uma integração do pensamento entre os matemáticos.

Das certezas objetivas das ideias claras e distintas, tal como as da Matemática, Descartes vai elaborando uma cadeia dedutiva, almejando encontrar outras verdades. Portanto, a maior perspectiva de Descartes diante das Ciências Naturais é a de norteá-las por um método que confere clareza e distinção (critérios de verdade) fruto de um conhecimento universal, nos moldes matemáticos. Na concepção de Descartes: “[...] entre todos os que precedentemente buscaram verdade na Ciência, só os matemáticos puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes.” (DESCARTES, 2008, p.39).

Contudo, no Século XVIII, David Hume (2001) questiona as verdades ao tratar do problema da causa e efeito, argumentando que uma causa, por melhor que se apresente, não garante sempre o mesmo efeito. Movido pelo empirismo cético, expõe que a conexão de causa e efeito não é racional, como também não é epistemológica, mas mera associação psicológica, uma sucessão condicionada pelo hábito. Há regularidades e se precisa delas para se poder viver com certa tranquilidade, porém elas não implicam em certezas, são apenas crenças que se estabelece a partir das repetições de certos eventos, que segundo Hume, oferece a impressão de se estar diante da relação de causa e efeito, que inexistente.

No entanto, já no Século XIX é que a questão do absolutismo da verdade na informação e no conhecimento passa a ser questionado. Nietzsche foi considerado o filósofo da suspeita, tendo em vista que um dos seus aspectos mais marcantes é o do questionamento constante à moral, à cultura ocidental e ao conceito de razão. Nesse sentido, Nietzsche está além do seu tempo, sendo fonte de inspiração aos posteriores, tais como, Foucault, Adorno, Horkheimer, Morin, entre outros filósofos, visto que ele almeja questionar os critérios pelos quais as verdades são convencionadas (MELLO, 2020).

Sob esta ótica, Nietzsche (2000) critica a racionalidade, visto que, na acepção dele, não é algo natural, mas construído, incidindo numa questão de escolha e interpretação. Conhece-se o que se denomina por verdade pela interpretação, isto é, não se chega nela em si, porque é construída sob o olhar do intérprete que a estabelecerá segundo critérios próprios de um contexto histórico-social. Uma interpretação acaba se sobrepondo às demais. Entretanto, a ‘verdade’ é relacional e não relativa, haja vista que esta análise deriva do relacionamento da pessoa com seu redor. É do sujeito a vontade de saber o que o outro pensa em relação a dado



assunto. Desta forma, a verdade se impõe pela força que uma interpretação desempenha às demais, superando-as.

Na afirmação de Nietzsche (2000) não há “coisa em si”, ou seja, algo universal, verdades absolutas. Se elas existissem não haveria luta entre interpretações, não há decisões unânimes, as pessoas divergem de opinião, interpretando um fato de modos diferentes. Todavia, existe uma tendência em se ter as mesmas interpretações, esta possibilidade de interpretação comum, leva a supor que o consenso é fonte da verdade. No entanto, para Nietzsche, não existe objetividade desinteressada, neutra, impessoal. O que denominamos de objetividade é apenas uma interpretação que sobrepõe as demais.

Inexiste no entendimento de Nietzsche (2000) uma cosmologia, ou seja, uma definição das leis que regem o mundo, a natureza, para o autor, são as interpretações e a vontade de potência é o critério avaliador. As necessidades orgânicas, os instintos é que são fontes de interpretação e não a racionalidade. Por mais que se avalie algo não se chega a uma objetividade, mas apenas a uma melhor avaliação e o critério para se avaliar é aquele que privilegia a vida. A vontade de potência é a própria vida, algo fisiológico, orgânico que se expande ao máximo, visto que cada célula anseia em expandir-se, prevalecendo a mais forte. A vida é movimento e luta entre os mais diferentes impulsos e a razão é um desses impulsos internos que não sobrepõe aos outros. O mundo é uma pluralidade de forças (NIETZSCHE, 2000).

Diante disso, Nietzsche (2010) propõe a transvaloração de todos os valores empreendendo uma crítica à Ciência, à moral e à religião. Para tanto, cria o método genealógico e a partir dele examina a procedência de um valor, almejando compreender a dinâmica da formação dele. Porém, para fazer esta avaliação, é preciso perceber que o valor sofreu várias mudanças e que ele surgiu num contexto determinado, no qual tinha sentido e fora deste local não tem mais, apesar das pessoas insistirem em ratificar aquele valor como algo válido. Portanto, o método genealógico, como instrumento diagnóstico, consiste em dois momentos inseparáveis: o primeiro, incide em relacionar um valor com o contexto em que fora criado; já o segundo, trata de relacionar as perspectivas avaliadoras com os valores estabelecidos neste primeiro momento.

Percebe-se, então, que o conhecimento pode ser justificado, na concepção nietzschiana, como condição necessária para a sobrevivência da espécie, subordinando-se, assim, a vida. A tensão entre o valor da verdade e o valor da vida se intensifica quando se concebe que certos conhecimentos trazem mais comodidade, segurança e felicidade do que outros. Tal fato remete a reflexão de até que ponto um conhecimento precisa ser realmente “verdadeiro” para nele crer-

se. Na Ciência, o conhecimento, em um segundo momento, tem valor instrumental, porém é buscado, primeiramente, por seu valor intrínseco. Já, a Filosofia, ao contrário, bem como a Arte, quer “[...] dar à vida e à ação a maior profundidade e significação possível” [...] mesmo que isso signifique sacrificar a verdade.” (NIETZSCHE, 2005, p. 12).

### 3 O CONTEXTO DA PÓS-VERDADE

Neste contexto, que marca a fragilidade do que seja realmente a verdade, podemos falar em pós-verdade. O termo tomou visibilidade, a partir de 2016, quando *The Oxford English Dictionary* classificou a palavra pós-verdade como a palavra do ano, a fim de explicar os acontecimentos do mundo naquele contexto, ligados à teoria social e política do Ocidente (FULLER, 2018).

Pós-verdade é a circunstância em que a opinião das pessoas é formulada não por meio de fatos objetivos, em análise crítica ou reflexões, mas sobretudo é fundamentada mais nas crenças pessoais (SAFATLE, 2018). No Século XXI há, portanto, a retomada das crenças pessoais para definir o que seja ou não verdade, pois não há mais critérios sólidos (BAUMAN, 2001). E quando a personalidade não é marcada pela capacidade reflexiva, permitindo a dúvida, há a propensão de pensar que seus posicionamentos são sempre verdadeiros. Une-se a este fator a credibilidade das instituições tradicionais, como as políticas e as científicas representadas pelo Estado (SANTAELLA, 2019). Neste cenário, não é difícil ver pessoas acreditando que inexistem o efeito estufa, que a Terra é plana, que as vacinas matam, ou que a Covid-19 é uma gripe corriqueira.

Vale ainda mencionar que o conceito de pós-verdade tem sido confundido com o de mentira. Contudo, é muito mais do que isso, porque pressupõe a perda do vínculo com o real, o factual, passando a compreender que o conteúdo presente na rede é verdadeiro. Ao acessar as informações da internet, principalmente as redes sociais, acredita-se naquilo que diz respeito ao universo do qual se faz parte, pois na seleção da notícia há um pressuposto de afetividade e identidade (DUNKER, 2018).

Não se trata de uma seleção objetiva. Dessa maneira, o que disserem acerca de quem, ou do que não se gosta, torna-se verdadeiro. Acredita-se, porque o critério é individual, pois a marca narcisista e o desejo de definir os critérios próprios como absolutos marcam a Pós-Modernidade. Certamente, uma das coisas que tanto caracterizam essa liquidez que Bauman (2001) tanto destaca ao denominar pós-modernidade líquida a crescente convicção de que apenas a mudança é permanente, e a incerteza, a única certeza. Bauman (2001) apresenta uma



nova roupagem ao devir, a ideia de movimento incessante que tanto o filósofo pré-socrático, Heráclito de Efeso defende, conforme já mencionado, sendo contrária ao princípio de identidade e certeza do também pré-socrático Parmênides de Eleia.

Nesta conjuntura de incertezas, informações que chegam por meio de pessoas queridas, que se confia ou se admira, tendem a ser mais aceitas sem se checar as fontes (DUNKER, 2018). No entanto, é importante manter o tom cético da dúvida. Toda a informação traz em si uma consequência, seja positiva ou negativa. A informação que a pessoa detém em dado momento pode fazê-la agir de um modo ou outro. Por isso, é que a atenção às fontes de informação e a posição crítica é sempre importante, principalmente quando tendem a reforçar o que já se acredita. É nesse reforço que se perde a chance de ouvir o outro e aprender.

Estudos sobre o comportamento humano em discussões politicamente polarizadas estão sendo feitos objetivando-se compreender melhor o porquê certas pessoas são mais objetivistas e outras mais relativistas. Os pesquisadores (FISCHER *et al.*, 2017) elaboraram um questionário com questões e respostas objetivamente certas, e outras para as quais não há uma resposta única correta, dependendo da opinião. Os resultados mostraram que os mais objetivistas são aqueles que “[...] tendem a responder de uma maneira mais fechada, porque, se acreditam na objetividade, julgam inócuo ouvir aqueles que pensam diferentemente, pois, eles deverão, em princípio estar errados.” (SANTAELLA, 2019, p.53).

Este tipo de atitude é, de certo modo, cômodo, tendo em vista que é muito melhor abraçar crenças e posicionamentos a ter que transgredir valores. Este processo é dolorido e requer muita maturidade. Neste sentido, “[...] a pós-verdade transfere a autoridade da ciência ou jornalismo sério para as produções e opiniões criando certos efeitos.” (DUNKER, 2018, p.39). Assim, a pós-verdade se caracteriza também por um conflito entre aparências em que a mais forte acaba passando pela realidade. Não se trata apenas de ganhar o jogo, seguindo as regras, mas sim, de criá-las e controlá-las (FULLER, 2018).

Ademais, em geral, ante o grande fluxo informacional, existe uma tendência do indivíduo em não filtrar as informações, analisando se é certa ou errada, não checando a fonte. Acredita-se naquilo que convém (GILEAD; SELA; MARIL, 2018). Simplesmente há uma relutância de se ratificar um pensamento ou teoria que mostre um ponto de vista diverso do qual se acredita. Como assevera o filósofo Derrida, “[...] posso ouvir suas considerações, posso levar em conta o que você tem a dizer, mas desde que você fale a minha língua.” (DERRIDA *apud* SAFATLE, 2018, p.127). Neste sentido, o diálogo pressupõe muito mais que a gramática em comum, ele passa por outras esferas bem mais profundas (SAFATLE, 2018).

#### 4 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

Etimologicamente, existem muitos sentidos ao termo informação, desde a concepção geral presente em verbetes de dicionários comuns, até as reflexões mais aprofundadas e específicas dos pesquisadores da Ciência da Informação ou Comunicação. Segundo Soares Amora (2009, p. 389), “[...] informar é ação ou efeito de informar-se; opinião sobre alguém; instrução; direção”. Já na Ciência da Informação, informar vai além do “[...] sinônimo de mensagem, notícias, fatos, eventos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento [...]” (MESSIAS, 2006, p. 23), a fim de assumir uma dimensão mais específica e complexa.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII insere o acesso à informação no rol dos direitos fundamentais como uma expressão democrática, fruto da união da esfera social e política. O acesso à informação somente é pleno quando democratizado, atingido sua função social. Isto se dá quando o usuário é capaz de acessar a informação, satisfazendo sua necessidade informacional. Logo, o acesso à informação “[...] trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas.” (JARDIM, 2012, p. 2).

Segundo Bourdieu (2006), a agenda política e os modos de gestão da informação têm que ser impactados pelo princípio da transparência nas informações oferecidas pelo Poder Público. Porém, na acepção de Demo (2000), há forças políticas e econômicas, reforçando os bastidores midiáticos que, ante interesses obscuros, querem manipular a população. Neste sentido, expõe Demo:

A informação não pode ser receita pronta, mas o desafio de a criar, mudar, refazer. O risco de manipulação é intrínseco, mas é no risco que podemos reduzir a manipulação. A sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes (DEMO, 2000, p. 39).

Na acepção de Demo (2000), não há como se dissociar totalmente da desinformação ao tratar-se da informação, visto que “[...] desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos.” (DEMO, 2000, p. 39). No que tange à desinformação, de acordo com o verbete do Dicionário *On Line* de Português<sup>3</sup>, designa “[...] ação ou efeito de desinformar; informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir em erro; falta de conhecimento ou ignorância [...]”. Zattar (2017, p. 286) expõe que nas reflexões em torno da prática informacional, “[...] destacam-se as

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desinformacao/>

questões que envolvem a qualidade do conteúdo nas dinâmicas de busca e recuperação, dentre as quais estão as notícias e informações falsas ou semi falsas, a desinformação.”

Nehmy e Paim (1998) afirmam que no contexto da CI, a desinformação tem duplo aspecto - o da má fé na divulgação de notícias falsas, e o da ausência de competência em informação para acesso e uso que satisfaça a necessidade informacional do usuário. Fato que, segundo os autores, limita a aquisição de novos conhecimentos e a atuação reflexiva das pessoas no seio social. Pinheiro e Brito (2014) ratificam o posicionamento de Nehmy e Paim ao colocarem que a ausência de informação desencadeia a desinformação.

A deficiência cultural ou da competência em informação, inviabiliza que o usuário localize e avalie por si mesmo a informação necessária, e logo, não trace suas próprias conclusões. Corrêa e Custódio (2018) também atentam à incapacidade crítica de análise ao argumentarem que necessitam de uma atenção especial os problemas advindos de uma vaga leitura, da ausência de criticidade e do imediatismo no compartilhamento de informações a partir das mídias sociais.

Porém, Demo (2000) adverte que a desinformação é um fenômeno inerente à comunicação humana, uma outra face da informação, haja vista os sentidos humanos têm limites na captação das informações. Ademais, elas estão sujeitas a serem captadas, de acordo com os interesses do receptor. Daí a importância de se preservar a o senso crítico mediante os processos de controle informacional. Neste sentido, Volkoff (2004, p. 19) concebe a desinformação como “[...] uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos [...]”. Além disso, Volkoff ainda dá vasão ao sentido psicológico da informação, tal como Demo (2000), o que atualmente se alia muito bem ao contexto da pós-verdade, ao afirmar que a desinformação:

[...] só superficialmente se dirige à inteligência do público que pretende induzir em erro; ela dirige-se, em profundidade, a todos os níveis da sensibilidade: ao coração, às tripas, ao baixo-ventre, porque no homem as paixões sempre foram mais fortes do que as convicções (VOLKOFF, 2004 p. 107).

No contexto brasileiro, Aquino (2007, p.12) evidencia que “[...] no Brasil, as múltiplas interações que os sujeitos mantêm com o mundo e com os outros sujeitos mostram que eles estão, quase sempre, submetidos à desinformação ou pouca informação.” Desta forma, em certo sentido, as desinformações seriam um projeto político-ideológico de dominação de uma oligarquia, “[...] em que tanto as redes digitais, quanto veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo àquilo que confunde e desarma.” (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 2).

Notícias falsas sempre existiram nas mais variadas conjunturas e foram propagadas também como critério de dominação. Morgan (2018) aponta que é um fenômeno que remonta à Antiguidade grega. No entanto, nos últimos tempos com a velocidade da internet e a disposição das redes sociais, as chamadas *fake news*, tidas como notícias falsas, tomaram conta do cenário nacional e internacional, principalmente com a disseminação e proporção gigantesca de desinformações espalhadas nos últimos processos eleitorais de países como EUA e Brasil.

Ante a proporção e as consequências catastróficas de tamanha desinformação, pesquisadores tais como Wardle e Derakhshan (2017) compreendem que o termo *fake news* não consegue mensurar a complexidade de todo o fenômeno que envolve a pós-verdade e a desordem informacional. Não abrange apenas boatos, fofocas, mentiras de um vilarejo, há desinformações capazes de prejudicar de alguma forma um grande contingente de pessoas de um país, ou até mesmo atingir proporções em escala mundial.

Portanto, Wardle e Derakhshan (2017) constatando que o termo *fake news* é vazio pra expressar toda a dimensão da desordem informacional, propõe a partir do relatório “*A Multi-dimensional Approach to Disinformation - Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation*”, uma nova organização teórica para examinar a desordem da informação, identificando-a em três aspectos diferentes: a) má informação (*mis-information*); b) desinformação (*desinformation*); c) mal-informação (*mal-information*) (GUARALDO *et. al*, 2019). Cada termo expressa um conceito representado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Desordem Informacional e sua estrutura conceitual

<b>Tipos</b>	<b>Conceito</b>	<b>Descrição</b>
<b>Má informação</b> ( <i>mis-information</i> )	É quando uma informação falsa é compartilhada, mas os danos não são significativos.	Distorce fatos e acabam se assemelhando a boatos, não possuem um objetivo específico nem visam atingir uma determinada população. São disseminadas por pessoas comuns que muitas vezes a fazem por inocência.
<b>Desinformação</b> ( <i>desinformation</i> )	É quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos.	Distorce fatos para prejudicar uma ou mais pessoas. Essa manipulação ou mesmo alteração da realidade é divulgada através de anúncios nas redes sociais e consegue atingir uma parcela considerável da população.

<b>Malinformação</b> ( <i>mal-information</i> )	É quando uma informação genuína é compartilhada para causar danos, frequentemente move informações destinadas a permanecer privadas na esfera pública.	Distorce fatos para prejudicar uma determinada pessoa, tendo como principal objetivo a vingança contra alguém, divulgando conteúdo íntimo que cause constrangimento e humilhação.
--	--	---

Fonte: (GUARALDO *et al.*, 2019), baseado em Wardle e Derakhshan (2017).

## 5 OS ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS REFLEXOS NOS ADULTOS

Retomando o problema de pesquisa, o que pode levar certas pessoas a acreditarem mais numa desinformação, motivadas por crenças pessoais, do que em uma informação baseada em critérios mais checados, como os científicos? Pode-se encontrar uma possível resposta em alguns dos ensinamentos de Jean Piaget (1896-1980), que apesar de graduado em Biologia e de não ter a intenção, a princípio, de desenvolver uma teoria da aprendizagem, tem sido muito estudado para este propósito, principalmente no campo da Educação, da Filosofia e da Psicologia (LA TAILLE, 1992).

No processo coletivo de produção, disseminação e apropriação da informação existem indivíduos, que não possuindo capacidade crítica de análise, acabam acreditando em desinformações sobre os mais diferentes assuntos. O estudo do desenvolvimento humano é marcado pelo esforço de compreensão do ser humano em todos os seus aspectos, englobando fases desde o nascimento até seu mais completo grau de maturidade.

O caráter inovador da teoria do desenvolvimento humano de Piaget incide no fato que ela introduz uma confluência entre o viés físico e psíquico, marcado pela linha interacionista que constitui uma tentativa de integrar as posições antagônicas entre duas tendências teóricas que permeiam a Psicologia em geral, destacando-se o materialismo mecanicista e o idealismo. Para Coll e Gillieron (1987, p.30), Piaget (2003), a partir do estudo do desenvolvimento humano, teve como objetivo "[...] compreender como o sujeito se constitui enquanto sujeito cognitivo, elaborador de conhecimentos válidos". Piaget considera 4 (quatro) etapas no desenvolvimento infantil, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Os estágios cognitivos do desenvolvimento infantil

<b>1º período</b>	Sensório- motor	0 a 2 anos
<b>2º período</b>	Pré-operatório	2 a 7 anos
<b>3º período</b>	Operações concretas	7 a 11 ou 12 anos
<b>4º período</b>	Operações formais	11 ou 12 anos em diante

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Cada uma dessas fases acima é caracterizada por formas diferentes de organização mental que possibilitam as diferentes maneiras do indivíduo relacionar-se com a realidade no qual pertence (COLL; GILLERÓN, 1987). Em linhas gerais, todas as pessoas vivenciam essas fases na mesma sequência, no entanto, o início e o término de cada uma delas pode sofrer variações em função das características da estrutura biológica de cada indivíduo e dos estímulos proporcionados pelo meio ambiente onde ele estiver inserido. Por isso mesmo é que a divisão nessas faixas etárias é uma referência, e não uma norma rígida. Abordar-se-á, a seguir, de modo geral, as principais características de cada um desses períodos.

1. **Período Sensório-motor (0 a 2 anos):** primeira fase, segundo Piaget, a passagem do caos ao cosmo, expressão que ele utiliza pra descrever a construção do real. De acordo com a tese piagetiana, a criança nasce em universo pra ela desconhecido, caótico, que vai sendo conquistado mediante a percepção e os movimentos - como a sucção, o movimento dos olhos, por exemplo. Paulatinamente, a criança vai aperfeiçoando tais movimentos reflexos, conquistando novas habilidades e chega ao final do período sensório-motor já se concebendo dentro de um cosmo com objetos, tempo, espaço, causalidade objetivados e solidários, entre os quais situa a si mesma como um objeto específico, agente e paciente dos eventos que nele ocorrem (PIAGET, 2003; LA TAILLE, 1992).
2. **Período pré-operatório (2 a 7 anos):** segundo Piaget, o que marca a segunda fase do desenvolvimento infantil é o aparecimento da função simbólica ou semiótica, isto é, a emergência da linguagem. No pensamento piagetiano, a linguagem é tida como uma condição importante ao desenvolvimento cognitivo, porém, não suficiente, na medida que a reorganização cognitiva não é dada pela linguagem (PIAGET, 2003; LA TAILLE, 1992). Isto implica em dizer que o desenvolvimento da linguagem é inerente ao desenvolvimento cognitivo. No entanto, não se pode compreender a linguagem como o núcleo do pensamento racional, porque a construção intelectual inicia-se anteriormente á linguagem (COLL; GILLIÈRON, 1987). Contudo, pesquisas psicogenéticas



demonstram que a linguagem proporciona alterações importantes em aspectos cognitivos, sociais e afetivos da criança, visto que possibilita as interações interindividuais, o que é muito importante neste estágio do desenvolvimento. Estas inter-relações fornecem às crianças principalmente algumas habilidades, como o trabalho com representações a fim de atribuir significados à realidade (LA TAILLE, 1992). É necessário ressaltar que esta fase é ainda marcada pelo egocentrismo, apesar das interações sociais, porque a criança não consegue ainda conceber uma realidade da qual não faça parte, em virtude da ausência de esquemas conceituais em sua mente. Dessa maneira, neste período, apesar da criança manifestar a capacidade de atuar de modo mais lógico e coerente - em virtude da aquisição de esquemas sensoriais-motores na fase anterior - ela apresentará, paradoxalmente, uma compreensão da realidade desequilibrada, em face da ausência dos esquemas conceituais na sua mente (RAPPAPORT, 1988).

3. **Período das operações concretas (7 a 11, 12 anos):** neste estágio a criança começa a ter a capacidade de interiorizar as ações, isto é, começa a realizar operações mentalmente e não somente por meio de ações empíricas, ações físicas típicas da inteligência sensório-motor. Por exemplo, dispõem-se cubos de madeira á criança e pergunta-se a quantidade, e ela já os conta pela ação mental e não mais pelo tato. No entanto, apesar da criança conseguir nesta fase raciocinar de maneira coerente os esquemas conceituais e as ações executadas mentalmente, somente consegue vislumbrar objetos ou situações passíveis de serem manipuladas ou imaginadas de modo concreto (PIAGET, 2003; LA TAILLE, 1992). Ademais, um outro aspecto relevante desta fase, incide no fato que o egocentrismo intelectual e social - incapacidade de se colocar no ponto de vista de outros- que caracteriza o estágio anterior, vai dando lugar á capacidade de estabelecer relações sociais e coordenar pontos de vista diferentes, integrando-os de forma lógica e coerente (RAPPAPORT, 1988).
4. **Período das operações formais (12 anos em diante):** etapa em que a criança vai ampliando suas habilidades e começa a raciocinar segundo hipóteses, formando esquemas conceituais abstratos, segundo os quais consegue executar operações mentais dentro de princípios da lógica formal. Com isso, como defende Rappaport (1988, p.74), a criança conquista a "[...] capacidade de criticar os sistemas sociais e propor novos códigos de conduta: discute valores morais de seus pais e constrói os seus próprios (adquirindo, portanto, autonomia)". Para Piaget, a partir desse estágio de desenvolvimento, o indivíduo atinge sua forma mais elevada de equilíbrio, isto é, ele

consegue atingir o padrão intelectual que persistirá no decurso da fase adulta. Isso não implica em se dizer que ocorrerá uma estagnação das funções cognitivas no ápice adquirido durante o fim da infância e começo da adolescência. Como estabelece Rappaport (1988, p. 63), "[...] esta será a forma predominante de raciocínio utilizada pelo adulto. Seu desenvolvimento posterior consistirá numa ampliação de conhecimentos tanto em extensão como em profundidade, mas não na aquisição de novos modos de funcionamento mental".

Vale ressaltar, que para Piaget (2010), o desenvolvimento moral alia-se ao processo cognitivo, à medida que as relações entre moral e cognição têm a mesma lógica atribuída às relações entre cognição e linguagem. Isto implica que o desenvolvimento cognitivo é uma condição necessária, porém não suficiente ao desenvolvimento da moral.

Segundo Piaget (2010), são três fases de desenvolvimento moral: **Anomia** (crianças até 5 anos) as regras são seguidas, embora a criança ainda não esteja mobilizada pela dicotomia entre bem e mal, mas sim pelo sentido de hábito. **Heteronomia** (crianças até 9 ou 10 anos de idade), nesta etapa a moral equivale à autoridade, isto é, as regras não equivalem a um acordo mútuo firmado entre os jogadores, mas como algo imposto pela tradição e, logo, imutável. **Autonomia** corresponde ao último estágio do desenvolvimento da moral, na qual existe a legitimação das regras, pois essas são construídas mutualmente, através de acordos. A pessoa passa enxergar a moral pela reciprocidade, e como discute as regras, consegue melhor cumpri-las. Se torna “legislador” e “súdito” dessas normas que ajudou a construir.

123

Todavia, como já dito, essas etapas do desenvolvimento cognitivo e moral não se dão com a mesma velocidade e forma para todas as pessoas (PIAGET, 2003). Muitos adultos, principalmente por falta de estímulos educacionais, sejam escolares ou no ambiente em que vivem, não chegam na fase das operações formais, agindo sob a égide do período das operações concretas. Posto isto, verifica-se que o pensamento abstrato não foi bem construído nas suas estruturas cognitivas desses adultos. Além disso, também não conseguem alcançar o estágio da autonomia, estagnando-se no da heteronomia, aceitando regras impostas de modo vertical, sem capacidade de reflexão crítica (PIAGET, 2010).

O que é importante enfatizar neste trabalho, é que pesquisas indicam que adultos "[...] pouco-letrados/escolarizados apresentam modo de funcionamento cognitivo balizado pelas informações provenientes de dados perceptuais do contexto concreto e da experiência pessoal" (OLIVEIRA, 2008, p.148). Segundo os pressupostos da teoria de Piaget (2003), estes adultos estariam, então, no estágio operatório-concreto. Não teriam atingido ainda a fase final do desenvolvimento que caracteriza o funcionamento do adulto, ou seja, o período lógico-formal.

Portanto, acreditar e propagar desinformações e outras desordens informacionais, sem a intenção de prejudicar alguém, pode ocorrer com qualquer pessoa. Contudo, tende a ser mais corriqueiro em adultos que não atingiram todas as fases adequadas de cognição intelectual, fruto da baixa qualidade do ensino (AGÊNCIA..., 2018).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho objetivou-se criar um contexto pra reflexão de como os critérios verdade foram construídos historicamente e inter-relacioná-los com elementos da pós-verdade e a da desinformação, evidenciando aspectos do desenvolvimento cognitivo em Piaget. No decorrer da investigação foi compreendido que é problemático se pensar em verdades absolutas. Porém, há informações que estão mais próximas do critério de verdade do que outras. Isso depende do tipo de informação, da fonte, do propósito e principalmente da ética de quem escreve. O ser humano precisa acreditar em algo, em certas regularidades na sua vida, ter no que se apegar, por isso não pode partir da premissa de que tudo é falso. Para tanto, deve-se checar a fonte, ponderando aspectos positivos e negativos, pensando em quem se beneficia com a notícia. Enfim, agindo reflexivamente.

124

Na trajetória deste estudo, percebeu-se, que apesar das poucas pesquisas relacionadas, há uma tendência maior aos adultos com baixa escolaridade ou escolarização precária em estarem imersos na pós-verdade e, assim, acreditarem mais em *fake news* do que pessoas que tiveram um processo de escolarização melhor. Justamente porque boa parte destes adultos pertencem ao estágio operatório concreto, não atingindo a fase final do percurso do desenvolvimento cognitivo, que seria a fase lógico-formal e nem a autonomia moral, ou seja, a capacidade reflexivo-emancipatória de fazer escolhas conscientes e por si só.

Posto isto, considera-se que os objetivos do estudo foram atingidos, à medida que se criou um espaço pra reflexão crítica acerca da temática. O que implica que se trata de uma pesquisa inicial, o levantamento de um problema que merece novos estudos.

REFERÊNCIAS

AMORA SOARES. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

AGÊNCIA DO SENADO FEDERAL. **Fake news se combate com educação, dizem especialistas em audiência na CE**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/27/fake-news-se-combate-com-educacao-dizem-especialistas-em-audiencia-na-ce>. Acesso em 15 set. 2020.

AQUINO, M. A. A construção do currículo em parceria com o projeto educativo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=33>. Acesso em: 23 out. 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COLL, C.; GILLIÈRON, C. Jean Piaget: o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional. *In*: LEITE, L.B. (org). **Piaget e a Escola de Genebra**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 15-49.

CORRÊA, E. C. D.; CUSTÓDIO, M. G. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 197-214, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2566>. Acesso em: 30 jun. 2020.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, T, C; FUKS, J; TIBURI, M; AFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Litercultura, 2018, p.125-136.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

FISCHER, M; KNOBE, J; STRICKLAND, B; KELL, F. C. The influence of interaction on intuitions of objectivity and subjectivity. **Cognitive Science**, v. 41, n.4, p.1119-1134, 2017.

FULLER, S. **Post truth knowledge as a power game**: Anthem Press, 2018.

GILEAD, M; SELA, M; MARIL, A. That's My Truth: Evidence for Involuntary Opinion Confirmation. **Social Psychological and Personality Science**, abr.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1948550618762300>. Acesso em: 15 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUARALDO, T. S. B.; MELLO, M. R. G.; BORGES, E. V.; LEITE, L. C.; JESUS, M. F.; GUITIERREZ, V. P. A Desordem Informacional: um estudo Discursivo do Termo Fake News. *In: Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional*, 20., 2019. **Anais** [...] Franca/São Paulo: Uni-FACEF, 2019.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/68>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HUME, David. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LA TAILLE, Y. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. *In: LA TAILLE; OLIVEIRA, M.K; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. 13.ed. São Paulo: Summus, 1992, p.11-22.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Hace una base teórica social de la ciencia de la información. **Anuário ThinkEPI**, v.12, 2018, p.83-89. Disponível em: <https://doi.org/10.31145/thinkepi.2018.07>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MELLO, M.R.G. **Inter-relações entre Ciência da Informação e Filosofia da Ciência: reflexões histórico-epistemológicas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, 2020.

MESSIAS, L. **Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.

MORGAN, D. **Real answers to fake news in Greek historians**. Disponível em: <https://www.opslens.com/2018/07/15/real-answers-to-fake-news-from-greek-historians/>. 2018. Acesso em 15 set. 2020.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NEHMY, R.M.Q; PAIM, I. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 3645, jan./abr. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100005). Acesso em: 14 jun. 2020.

NIETZSCHE, F. W. **Assim Falou Zaratrusta**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral, uma polêmica**. São Paulo: Masdras, 2010.

NIETZSCHE, F. W. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

NIETZSCHE, F. W. **Vontade de potência**. São Paulo: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M.K. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. *In*: KLEIMAN, A.B. (org.) **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

PIAGET, J. **O juízo moral da criança**. São Paulo: Summus, 2010.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

PINHEIRO, M.M.; BRITO, V.P. Em busca do significado de desinformação. **Data Grama Zero**, João Pessoa, v. 15, n. 6, dez. 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135/2a5a3314a0b9fb786fedf46238b80461/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RAPPAPORT, C.R. **Psicologia do desenvolvimento- teorias do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1988.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia do humanismo a Kant**. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SAFATLE, V. É racional parar de argumentar. *In*: DUNKER, T, C; FUKS, J; TIBURI, M; SAFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Litercultura, 2018, p.125-136.

REZENDE, A. **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VOLKOFF, V. **Pequena história da desinformação: do Cavalo de Tróia à Internet**. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZATTAR, M. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, 2017.